

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE POLÍTICAS FORMATIVAS E EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS DO CAMPO.

Sirleide costa da Silva ¹

RESUMO

O presente artigo é uma pesquisa com cunho qualitativo que parte da compreensão da importância da formação de professores (a)s do campo e análises de leis e projetos para essas escolas. Tem por finalidade revisar leis e projetos, criando pontes para compreensão da educação do campo, entendendo por fim, como se dá o processo de formação de professores (a)s. O enquadramento teórico da pesquisa está assente nos estudos de Antunes (2011), Arroyo (2007), Vihi (2016) entre outros. Os resultados alcançados foram a compreensão na fala dos (a)s professores (a)s participantes acerca de concepções políticas pedagógicas e formativas, sintetizando a falta da estrutura escolar como o todo, e a desvalorização docente. Em suma, pode-se avaliar como essa educação é ofertada e possibilidades de mudanças para ela.

Palavras-chaves: Educação do campo. Formação de professores (a)s. Educação.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, por mais que seja tão importante, ainda é deixada de lado pelas políticas públicas. Sua trajetória teve início ainda no período colonial onde os jesuítas proporcionaram uma educação autoritária sem pretensões da libertação do indivíduo, e essa educação era promovida com a ajuda da igreja católica. Anos se passaram e, em 1932 o manifesto dos pioneiros apresentou uma educação juntamente com uma escola democrática, que proporcionasse uma base cultural. Porém, por mais que muito já tenha se feito, ainda é preocupante a forma na qual essa educação é oferecida e a preparação docente para atender os (a)s alunos (a)s das escolas do campo, razão que inspirou a escolha do tema e que justifica a importância desse artigo.

A formação docente é um assunto historicamente presente no Brasil, nas universidades e em escolas, pesquisas são realizadas para uma construção de uma formação incluyente e que atenda a necessidade do (a) aluno e do (a) professor (a). Apesar de tanto ainda nos deparamos com uma formação com cunho autoritário ressaltando ainda mais a exclusão, sendo pouco debatida a educação no campo. No campo, a formação de professores (a)s deve estar alinhada com o projeto de sociedade, pensando na escola que se quer construir, para assim delimitar uma

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade de Pernambuco- UPE
E-mail: sirleide.costa@upe.br

formação voltada aos seus interesses, rompendo com tradicional, desafiando-se aos novos desafios. Sobre isso, Molina (2014) ressalta:

a formação de educadores do campo não cabe em uma perspectiva tradicional, visto que ele deverá necessariamente organizar suas práticas no sentido de promover rupturas, estranhar o que aparece como natural e legal, fazer perguntas, investigar, problematizar a realidade e propor e promover, junto com seus educandos, intervenções nessa realidade. (MOLINA et al, 2014, pág. 227).

A metodologia do trabalho está delimitada em uma pesquisa com cunho qualitativo, que tem como objetivo geral identificar através de respostas livres como é desenvolvido o trabalho docente nas escolas do campo e a importância dessas escolas para o (a) professor (a), reconhecendo seu reflexo na formação docente. Os objetivos específicos da pesquisa são: revisar o currículo da educação do campo, sistematizar análise de leis e projetos, criando pontes para compreensão da educação do campo.

Em suma, evidenciou-se através dessa pesquisa a importância do trabalho docente para a educação do campo e como ainda o campo é tão sucateado pelas políticas públicas apesar dos avanços. Contudo, é importante novas visão para essas escolas, visão essa que rompa com o tradicional e que possibilite uma educação boa e com valorização dos camponeses.

METODOLOGIA

Como percurso metodológico, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, com o objetivo de trabalhar com a temática proposta apoiando-se nos autores comentarista como, Arroyo (2007), Baptista (2003), Antunes et al (2011), entre outros.

Segundo Gil (2010, p. 23), as pesquisas qualitativas “têm como objetivo principal, o aprimoramento de ideias, a familiarização como o problema proposto, ou seja, a tomada de conhecimento a ser estudado”. Por essa razão, por ser escolhido o uso de questionário como recolhimento de dados, a metodologia qualitativa entra como fator somático, visto que, a pesquisa reúne fatos que vão ser coletados através da familiarização com o problema estipulado na pesquisa, observando o que os entrevistados pensam e sentem sobre o assunto de forma detalhada.

O questionário foi aplicado para professores (a)s do campo elaborado no Google formulário, na qual foram encaminhados para os (a)s professores (a)s participantes. No questionário, contia perguntas abertas onde interrogamos sobre: Você considera necessário que o professor conheça a realidade camponesa, seus sujeitos, suas especificidades, para trabalhar a proposta ou concepção da Educação do Campo? Para você, qual é o papel político e social da

Educação do Campo? Quais métodos e estratégias o professor poderia utilizar para garantir um bom desenvolvimento à aprendizagem dos seus alunos? Qual sua experiência com formação continuada ligada diretamente para o campo? Quais considerações sobre educação no campo você gostaria de acrescentar? Através dessas perguntas, discutiremos resultados que serão apresentados a seguir.

ANÁLISE DE LEIS E PROJETO POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

A Educação no Campo sofre constantes ataques das políticas públicas. O campo historicamente tem sua trajetória de superação, luta e conquista, ao sair de um modelo exploratório, na qual por ser uma educação rural oferecida pelos Coronéis, à desigualdade era pregada, aceita e repassada, e os oprimidos não tinham consciência crítica para trazer a mudança em sua vida (DE CARLI, 2020).

Os movimentos sociais entram como fator somático nesse processo, lutando para que os trabalhadores possam ter uma educação crítica com perspectiva de transformação e liberdade. Porém, na maioria dos campos não tinham educadores capacitados para educar e possibilitar essa mudança, e muitos educadores (a)s não aceitavam a tarefa de ir educar em um campo. Partindo disso que muitos do movimento social dos trabalhadores rurais sem terra- MST, se organizam entre si para construir o conhecimento juntos com os (a)s estudantes.

Leis e Projetos Políticos foram formulados e sancionados no Brasil, para uma educação como do direito do indivíduo e obrigação do Estado, podendo mencionar a constituição federal de 1988. No entanto, nas constituições de 1824 e 1891 o campo ainda não era citado, por ser considerado um lugar de atrasado e sem necessidade de ser educado, apesar de segundo o GITE no início de 2017 cerca de 40% do território brasileiro ser considerados território agrário. Evidenciando-se, portanto, “[...] o descaso dos dirigentes com a educação no campo e, dos outros, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária, apoiada no latifúndio, e no trabalho escravo”. (BRASIL, 2001, p.3).

Em suma, observa-se na história da educação do campo uma forte exclusão no meio pedagógico do país, e essa situação proporciona o analfabetismo, evasão escolar e estudantes fora de faixa serie. Em 2012, no mandato presidencial de Dilma Rousseff, e como ministro da educação Aloizio Mercadanti, deu-se início ao programa PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação no Campo), que tinha como objetivo levar e assegurar oportunidades para a população do campo. Através dele, seria levado um apoio técnico e financeiro para estados e municípios para proporcionar a implementação de políticas públicas de educação no campo.

Além disso, o projeto previa formação continuada para professores e cursos de aperfeiçoamentos, ofertando 180 mil vagas para a formação tecnológica dos jovens e construção de 3 mil novas escolas.

Atualmente, ao consultar projetos políticos para a educação no campo, o atual governo brasileiro, em 2019 propôs que a educação no campo seria ligada ao agronegócio, que traz um retrocesso ao legado no campo e toda sua história de luta. São inegáveis os fechamentos de escolas do campo que se avança cada vez mais, e esse projeto político, contribui para tal acaso. A imagem que o governo quer proporcionar é um campo sem vida e singularidade, sendo assim, um lugar para exploração de seus fins lucrativos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (A)S NA ESCOLA DO CAMPO:

A formação docente no Brasil é uma herança histórica, sendo um dever do professor (a), e uma obrigação do estado ofertá-la. Através da Lei de diretrizes e base da educação nacional (LBDEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que deu forças e assegurou essa formação, pautada no direito que o Estado e Município devem proporcionar a formação inicial e continuada do professor (a).

A formação dos (a)s educadores (a)s do campo deve garantir uma formação pautada na libertação dos (a)s alunos (a)s e com o trabalho das culturas em sala de aula, comentando e enfatizando o seu meio social. Sobre isso Freire (2018, p. 56) comenta “as pessoas responsáveis pela educação deveriam estar inteiramente molhadas pelas águas culturais do momento e do espaço onde atuam”. Com a apropriação e trabalho das culturas em sala de aula, o trabalho do professor (a) vai ser direccionalmente voltado ao (a) aluno (a). Todavia, nos indagamos, como o professor vai realizar tal tarefa, se em sua formação não é trabalhado e nem instigado esse modelo?

Segundo Arroyo (2007, p.169) “um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades”. Entendemos que para o autor, quando o professor (a) vivencia a realidade do campo seu trabalho será facilitado, conhecendo assim a realidade do (a) aluno (a). Como defende Vighi (2015):

O professor oriundo da zona rural tem domínio maior do contexto em que está inserido, porque carrega consigo uma gama de conhecimento sobre aspectos que envolvem a realidade social, cultural, política e econômica, que certamente servirá como base e influenciará o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais coerente e adequada ao meio. (VIGHI, 2015 p. 121)

Os (a)s professores (a)s do campo lidam todos os dias com problemas para desenvolver sua prática. Sua desvalorização através de salários inferiores, pouca assessoria pedagógica, uma infraestrutura desmotivadora, sobrecarga com elevadas jornadas de trabalho, contribuem diretamente para essa desvalorização. Com todos esses fatores, por vezes a educação não se tem o avanço, e a comunidade escolar com ênfase nos (a)s professores (a)s são culpados por essa fatalidade.

Para isso, o governo se torna integralmente responsável por uma mutação desse sistema, tendo como dever oferecer condições de trabalho e uma formação que valorize a luta do povo do campo, e essa formação é o caminho para a materialização de uma educação do campo plural.

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A escola do campo tem marcas de negligência da parte dos governantes. A partir da sua construção e lutas para o governo torná-lo um direito social, seu currículo está delimitando ao ensino do básico com uma cultura fadada em ensino de ler, escrever e calcular. Sobre isso Baptista (2003, pág. 38) enfatiza “no entanto, a cultura tradicional é vigente exige da escola apenas um papel pedagógico, didático, de ensinar a ler, escrever, calcular, como se, aprendendo essas coisas, as pessoas estivessem aptas para viver bem no mundo atual”.

Essa situação provoca uma desvalorização para o campo que será refletido no olhar do estudante para o seu meio social, na qual, muitos deles saem do seu contexto para estudar em escolas urbanas por serem consideradas melhores, e com uma capacitação que traz possibilidades de um futuro promissor para esses (as) estudantes.

A construção do currículo escolar parte de uma hierarquia, na qual, são levados em conta quais conhecimentos são mais importantes para ser abordado em maior escala. Esses conhecimentos são construídos nas instituições produtoras do conhecimento científico. A partir deles, é elaborado o currículo escolar, levando em conta o que deve ser ensinado e aprendido em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assegura seus papéis complementares a educação referida para cada etapa, contando com a participação da família e comunidade. Para isso, alguns parâmetros são colocados para haver essa asseguarção, dentre os parâmetros estabelecidos, pensando na educação do campo, faz-se necessário à apresentação de alguns,

sendo eles: a forma de contextualização dos assuntos, ou seja, colocando em sua realidade o que é aprendido, levar novas forma e metodologias que fortaleçam o aprendizado.

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BNCC, 2015).

Vale ressaltar, que a BNCC não é o currículo escolar, ela apenas é uma base para a sua construção visando proporcionar novas formas de democratização e acesso para alunos (a)s e professores (a)s. O currículo deve ser formado atendendo necessidades dos (as) alunos (a)s, comunidade escolar, professores (a)s e gestão, por essa razão cada município deve construí-lo, para assim preencher as lacunas dos (a)s alunos (a)s e das escolas. E, para a educação no campo, esse currículo tem o papel de trazer uma valorização do contexto social, que é necessário trabalhar sua cultura. No entanto, como trabalha a cultura, interligadas a lista de conteúdos programáticos? Arroyo (2006) conforme argumentado por Antunes et al, descreve:

um projeto de educação do campo tem que incluir uma visão mais rica do conhecimento e da cultura. É preciso que as questões curriculares incorporem saberes do campo, que prepare o homem para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena como ser humano.

(ANTUNES ET al, 2001, p 1219)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante ao questionário com a primeira perguntada voltada se há a necessidade do (a) professor (a) conhecer a realidade do campo, os (a)s entrevistados (a)s, na qual eram professores (a)s das escolas do campo, evidenciaram a necessidade do (a) docente campesino conhecer a vivência da comunidade na qual ele vai atuar, pois, através dela poderá ser levados assuntos direcionada a sua realidade. Evidenciando a fala de Freire (2018), sobre a importância do (a) professor (a) estar molhadas pelas águas culturais do espaço onde atuam.

Ao ser interrogados sobre a concepção da educação do campo, o (a) professor (a) X, por sua vez, se posicionou dizendo que “não vê diferenças entre a educação do campo e a educação urbana, visto que no senso do IDEB do seu município, as maiores notas foram das escolas do campo” já o (a) professor (a) Y alega que sua concepção, é que “a maioria dos municípios não trabalham educação do campo, e campo e urbano não tem diferença, fazendo

assim os indivíduos perderem sua identidade campesina”. Os demais, afirmaram que educação do campo é aquela escola presente na zona rural.

Sobre o papel político e social da educação do campo, o (a) professor (a) X se posicionou em fala que “o papel político é fornecer recursos para os professores em termos de difícil acesso, quando o professor se desloca da cidade para zona rural, papel social; visita a família dos alunos conscientizando os alunos da importância de estudar, alimentação na escola, serviço odontológico, psicológico etc. para os educandos”. Já o (a) professor (a) N e Y teve leitura semelhante e “situam sua importância, pois através dele os (as) alunos (as) terão voz”. Os demais evidenciam sua importância para a valorização da identidade campesina.

Entre os métodos e estratégias mais citadas pelos educadores (a)s, se destacou o uso da BNCC e a formação continuada de professores (a)s adequada para a realidade em que estão trabalhando. O (a) professor (a) Y por sua vez, posicionou a importância de os livros didáticos serem de acordo com sua realidade e a metodologia com dinâmicas e com uma linguagem simples para o entendimento do aluno. O (a) professor (a) X apontou a necessidade do trabalho de forma diferenciada de acordo com a capacidade de cada aluno.

Sobre formação de professores (a)s do campo, o (a) professor (a) Y, expressou que “as formações de professores (a)s que participo são realizada no geral, com professores do campo e da zona urbana”, para professor (a) W “meu único contato com a educação do campo foi na graduação, em uma única cadeira que foi oferecida como eletiva”, o (a) professor (a) X comentou que “a desvalorização do campo é um projeto político, eles não querem promover a libertação do indivíduo”. Por meio dessa pergunta notamos o quanto é desvalorizada a profissão dos (a)s educadores (a)s no campo, sabemos que os docentes urbanos conhecem sua realidade e culturas, pois vivem nela, o que não é o mesmo na educação no campo, como enfatiza Vighi (2015):

O professor oriundo da zona rural tem domínio maior do contexto em que está inserido, porque carrega consigo uma gama de conhecimento sobre aspectos que envolvem a realidade social, cultural, política e econômica, que certamente servirá como base e influenciará o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais coerente e adequada ao meio. Sua identidade é reflexo do local e lhe outorga uma autoridade que o professor urbano não tem. Para ele, é menos complexa a situação de adaptar o ensino à realidade que cerca seus alunos, o que favorece o processo de transposição da cultura local para a sala de aula e vice-versa, primando pela contextualização dos conteúdos. (VIGHI, 2015 p. 121).

Mediantes as considerações sobre educação no campo, o (a) Y respondeu, “Que seja mais trabalhada nas Universidades de formação de Professores, mobilizações do povo campesino para ter um ensino baseado na Educação do Campo, formações continuadas para os

professores”, o (a) professor (a) X esclareceu que “Gostaria que o governo oferecesse mais recursos para os camponeses, merenda escolar de qualidade, programas de esportes e estrutura de sala de aula aceitável”, o professor (a) W situou que “Muitas vezes faltam recursos como transportes, materiais pedagógicos, evasão de alunos, formação continuada para professores, melhor remuneração para os mesmos”.

Por meio dos resultados recebidos e analisados, evidenciou-se na fala dos (a)s professores (a)s, o quanto a educação do campo é esquecida pelos governantes e a visão do governo perante essas escolas. Freire (2018) comenta que o governo não está interessado em promover a libertação do indivíduo. Para eles (a)s, os camponeses não devem ter seu senso crítico, devem ser oprimidos para assim não ter a visão que podem mudar sua realidade. Promover uma educação de qualidade e uma formação de professores (a)s inicial e continuada voltada para os docentes camponeses, atendendo sua realidade, de forma direta estaria contribuindo para a libertação e para mais conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho como dito anteriormente caminhou na direção de identificar através de respostas livres como é desenvolvido o trabalho docente nas escolas do campo e os projetos políticos para ela, reconhecendo seu reflexo na formação docente.

Em face ao exposto, foi possível analisar através de pesquisas em obras e artigos, a marca cultural de desvalorização do campo, o progresso ainda é lento, por mais que muitos avanços tenham somados nessa trajetória, não se pode negar a forte representação dos movimentos sociais nessa luta, e a importância de cada professor (a) nesse processo. As leis e projetos voltados a essas escolas caminham na direção de melhoria, apesar do grande retrocesso que está sendo provocado desde 2016. É notório que o currículo dessas escolas não atende a necessidade dos alunos e como é importante uma modificação deles, pois, as escolas do campo têm sua singularidade e por isso devem ter seu próprio currículo de valorização do seu contexto nele e o trabalho com suas culturas.

Os (a)s professores (a)s (a)s entrevistados (a)s, avaliaram a importância dos (a)s professores (a)s do campo reconhecer a realidade e local onde se trabalha, para então atender esses (a)s alunos (a)s, com livros didáticos que acompanhe a mesma. Os desafios encontrados em suas falas são extensos e traz uma influência direta para o (a) educando (a). A pesquisa atentou-se para uma necessidade de políticas públicas voltadas a formações continuadas, já que pouco é feito.

Notamos através desse estudo que pouco é feito e essa pesquisa não se encerra aqui, é preciso mais análises e compreensão e mudanças nessa realidade. Entendemos que o conhecimento e educação são mutáveis, e através dessa compreensão uma educação do campo de qualidade pode ser ofertada para os campesinos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. S. et al. **Currículo: busca da identidade do campo.** In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 10.; Seminário Internacional de Representações Sociais, subjetividade e educação- SIRSSE,1., 2011.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira 1988.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009. Brasília, 1988. Disponível em: Acesso em: outubro 2020.

DE CARLI, Caetano. **O que é educação no campo.** 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Solidariedade-** 3 ed.- Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra. 2018.

G. IL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo; Atlas, 2010.

VIGHI, C. S. B. **Formação docente: a educação do campo em foco.** Formação Docente, v. 07, p. 01-07, 2016.